

Editorial



Osvaldo Cabral
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

Jornalismo ou desinformação?

Esta edição do Diário dos Açores que o leitor tem nas mãos é histórica.

Tem o número 43.297 e corresponde a 154 anos de publicações ininterruptas, desde que Manuel António Tavares de Resende iniciou esta aventura em 1870.

Os tempos são outros e os desafios que a imprensa açoriana enfrenta também são diferentes.

A evolução e a dinâmica da comunicação, na nossa sociedade, alterou-se significativamente nas últimas décadas e os média tradicionais, sobretudo em papel, estão a ser confrontados com problemas graves que põem em causa a sua sobrevivência.

O modelo de financiamento dos jornais também teve que ser revisto e, nos Açores, é impossível um jornal sobreviver sem os apoios públicos.

Acontece que o actual quadro de apoio também está desadequado, desde há muito tempo, e precisa de ser revisitado, à semelhança do que é feito com o serviço público de comunicação social no país.

Não é possível, sobretudo numa região como a nossa, os jornais continuarem a sobreviver com um modelo de financiamento desfasado da realidade actual e com os novos problemas que enfrentam nesta área.

Os poderes públicos têm que encontrar um compromisso de regime que não ponha em causa a sobrevivência dos jornais, sob pena de estar em causa o próprio regime, o enfraquecimento da democracia e o pluralismo de ideias que todos desejamos numa sociedade livre e aberta.

Não se trata de um apoio cego, de que se possam aproveitar projectos oportunistas e sem viabilidade, mas de um modelo sério, rigoroso e que tenha como objectivo único facilitar os cidadãos no acesso à boa informação, ao jornalismo de verdade e a uma literacia que combata a desinformação que grassa na esfera pública.

Este é um debate que deve ser feito sem tabus, mas também sem preconceitos de ordem ideológica ou de interesse partidário, como já assistimos por estes dias.

O que está em causa é uma opção. Uma opção pela cidadania, pela informação séria e pelo pluralismo da sociedade, ou então negligenciar tudo isso e deixar que a desinformação descontrolada e desenfreada, sem valores éticos e sem escrutínio, ocupe a sociedade por inteiro, como já está a acontecer nas plataformas digitais, nomeadamente com as redes sociais sem controlo.

Não é justo que muitas dessas redes se alimentem dos conteúdos da comunicação social, como acontece com as gigantescas plataformas tecnológicas, sem nada em troca.

A partilha de conteúdos deve ter um custo correspondente à produção de origem, sob pena da indústria contribuir para a autodestruição da informação.

Por outro lado, o investimento em recursos humanos e técnicos na comunicação social de hoje é cada vez mais exigente e os respectivos custos definem, na maioria dos casos, a qualidade dos jornais e do jornalismo.

Sem bons recursos, não há bom jornalismo.

Ou temos boa informação ou a desinformação, as notícias falsas e a manipulação vão tomar conta de nós.

O Diário dos Açores é um dos jornais mais que centenários da nossa Região e o seu valor histórico e patrimonial regional vai muito para além daqueles que por cá vão passando, dando-lhe continuidade.

Queira a sociedade açoriana, cidadãos e instituições, mantê-lo na esteira dos seus fundadores e no pluralismo dos nossos colaboradores, que nós, trabalhadores de toda a cadeia de produção, cá estaremos com o mesmo vigor e motivação para continuarmos a fazer história.

Muito obrigado aos nossos leitores pelo apoio e confiança ao longo destes 154 anos.

Arnaldo Ourique, especialista em Direito Constitucional

“A comunicação social açoriana merece investimento público”

Como sabe, a imprensa açoriana está a atravessar uma crise profunda por falta de financiamento. Ainda agora, 16 média açorianos escreveram uma carta aos partidos expondo a “situação dramática” em que vivem. Na sua opinião, que tipo de quadro normativo deve existir para apoio público à comunicação social privada açoriana? E deve partir do executivo ou do parlamento?

A crise é profunda, não apenas por falta de financiamento, mas por um conjunto de coisas do próprio jornalismo.

O apoio público – temos de o designar de investimento, porque a Região não existe para apoiar financiamentos diretos às empresas. Caso contrário de pouco nos serviria possuir democracia que serve para governar a “coisa pública” que é coletiva e não personalizada.

As empresas são entidades que criam riqueza de diversa natureza; se não têm capacidade para produzir essa riqueza, logo, não têm capacidade para ser empresa. Quero dizer: todas as funcionalidades da sociedade devem ter investimento público. Isso existe para imensas áreas e não se perceberia por que motivo não se há de investir na comunicação social: ela, além de prestar um serviço relevante à sociedade na informação e identidade das populações, também cria e mantém emprego, e permite várias valências de desenvolvimento directo e indirecto através da publicidade, por exemplo.

Sou de parecer que a comunicação social açoriana, e mais ainda em tempo de crise, deve merecer investimento público. O próprio facto de a autonomia insular constituir-se uma criança em termos democráticos, isso impõe à causa pública uma resposta que vá ao encontro de alavancar a qualidade dessa democracia. E deve partir do parlamento – porque é a Assembleia Legislativa o único órgão da autonomia regional que representa efetiva e verdadeiramente o povo açoriano, e é aí que o debate se concentra verdadeiramente.

Deve a legislação ser blindada de tal forma que não permita a intromissão do poder na comunicação social ou considera uma precaução desnecessária?

Não existe maneira de blindar a maldade e o aproveitamento ilegítimo. O “ladro” e o “malfeitor” tem a particularidade de se especializar em fugir ao controlo. Um sistema bem feito é suficiente. A dificuldade está em encontrara arquitetura correcta – porque há aqui uma questão central: o problema do jornalismo açoriano não é o mesmo do país. Ou melhor dito: os jornais vendiam saúde nas décadas de 1980 e 1990 porque traduziam notícias locais e trabalhavam as notícias nacionais e internacionais; com as comunicações acessíveis e gratuitas a partir da década de 2000, os



jornais deixaram de dar notícias locais e especializaram-se em dar notícias nacionais e internacionais, repetindo afinal o que as redes sociais oferecem em melhor qualidade.

Quero dizer: a questão jornalística nos Açores está mais numa incompetência do que numa crise económica. Se os jornais oferecerem notícias locais que todos querem saber – porque nas redes sociais multiplicam-se confusões e inverdades – acredito que os jornais venderiam muito mais e a publicidade apareceria. Há dias um jornal noticiava a sua queda; e era apresentado o último número com uma grande fotografia de um político nacional; talvez vendesse mais se a fotografia fosse de um pescador local, ou de um artista. Já conheci jornal que não tinha ninguém a trabalhar na publicidade; já conheci outro que nem entregava os jornais na sua própria ilha no dia da edição.

O jornalismo açoriano quer viver como se vivesse em Lisboa ou Nova Iorque, quando vive numa ilha; o jornalismo açoriano gosta de estar sentado à secretária por comodismo. Um dia fui entrevistado: o jornalista telefonou-me e nem sabia o meu nome; por duas vezes disse-lhe que era Arnaldo e não Armando. O mal de que padece a democracia açoriana, padece igualmente o jornalismo: comodismo, conformismo e muitos *ismos*.

Choca-lhe que do apoio que venha a ser atribuído às empresas, elas possam utilizar parte do valor para pagar salários?

Sim, claramente; porque seria ilegal e inconstitucional, injusto e inadequado e despropositado. Os jornais já têm o apoio para criação de emprego. Pagar a trabalhadores não é investimento público; é manter empresa que não se sustenta. Eu não quero particularizar os jornais porque seria muito injusto, embora muito interessante analisar a comunicação social por esse prisma. Mas posso dizer isto: as empresas têm que se adaptar, têm que inventar soluções empresariais jornalísticas.

(continua na pág. 4)